

## Estratégias de interdições da comunicação: rupturas da democracia comunicada

Pedro Pinto de Oliveira  
Universidade Federal de Mato Grosso  
E-mail: ppo@terra.com.br

### Resumo

Apresentamos uma proposta de análise sobre as dificuldades da comunicação política na sociedade contemporânea em crise de valores e com a emergência de radicalizações nos embates na cena pública midiática. Nosso eixo teórico é a noção relacional da *comunicabilidade*, desenvolvida a partir das obras dos filósofos John Dewey e Alfred Schutz, e o conceito de performance do sociólogo Erving Goffman.

Na interseção da Comunicação e Política, examinamos as estratégias comunicativas num estudo múltiplo de casos de diferentes figuras públicas. Como as instâncias da *comunicabilidade*, instrumental e final, são acionadas na interação com os públicos ocasionando mais rupturas do que diálogos na democracia comunicada ou mais interdições do que conflitos que dinamizam o mundo da vida.

Palavras-chave: comunicação; política; filosofia; mídia; performance.

### Abstract

We present an analysis proposal on the hardships of political communication in the contemporary society amid a crisis of values and the emergency of radical stances in the mediatized public scenario. Our theoretical basis is the communicability relational notion, as developed from the works of philosophers John Dewey and Alfred Schultz, as well as the performance concept of sociologist Erving Goffman. In the intersection between Communication and Poli-

tics, we assessed the communicative strategies in a multilayered research on the cases of different public figures. The way different levels of communicability, both instrumental and final, are put to action in the interaction with audiences and the way it yields more ruptures than dialogues in the communicative democracy; otherwise, more interdictions than the conflicts that streamline the world of life.

Keywords: communication; politics; philosophy; media; performance.

---

Data de submissão: 31/05/2017. Data de aprovação: 30/06/2017.

A *Revista Estudos em Comunicação* é financiada por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto *Comunicação, Filosofia e Humanidades (LabCom.IFP) UID/CCI/00661/2013*.



## Introdução

**A**S DIFICULDADES da comunicação política em um mundo em transição, em crise de valores e emergência dos embates de versões na cena pública midiaticizada fazem parte do contexto contemporâneo. Nossa proposta de análise a partir desse quadro de fundo toma a noção de *comunicabilidade* que desenvolvemos, com base do paradigma relacional da comunicação, no exame dos “esforços” dos indivíduos para tornar comuns gestos e sentidos, como eixo teórico norteador. O que constatamos é que esses “esforços”, em muitos casos, são travados e provocam rupturas da democracia comunicada, tanto interditam diálogos quanto conflitos que possam fazer avançar nas condições de respeito à diferença, no reconhecimento de públicos que estão à margem do mundo da vida dominante.

Com John Dewey, entendemos que a principal exigência para revitalizar a vida pública é “a melhoria dos métodos de discussões de debate, discussão e persuasão”. Essa é uma situação problemática cotidiana do público, cuja crítica passa por dar visibilidade às estratégias usadas hoje de obliteração dos processos comunicativos, base de uma democracia. Em nosso procedimento metodológico, selecionamos para a análise personalidades políticas nos contextos da política nos Estados Unidos e no Brasil. São duas figuras de diferentes matizes ideológicos tradicionalmente reconhecidos. Buscamos apreender os modos de interação/interdição da direita na *Era Trump* – e o uso das redes sociais como o novo *palanque digital*; a *posição do incomunicável* de segmentos da esquerda brasileira nas últimas eleições municipais de 2016 na cidade do Rio de Janeiro, na performance do então candidato do PSOL, Marcelo Freixo.

Acreditamos que esse debate é pertinente, com temas tão ricos para o campo de estudo em conexão da Comunicação e Política. São reflexões sobre pontos contrários, polêmicos, que se entrecruzam e podem ser entendidos também pelas suas relações e pelo grau de afetação da democracia: comunicação e silêncio; ocultação, fatos alternativos e “notícias falsas” – avaliação de fenômenos de visibilidade/invisibilidade, silenciamento e ocultação em processos de deliberação e decisão política. Mais do que Trump, à direita, ou Freixo, à esquerda, o que nos interessou aqui foi vermos como as estratégias comunicativas são acionadas por essas personalidades políticas no processo de interação. Nosso recorte focou essas figuras públicas em *situações problemáticas* nas suas performances com o público.

## Comunicação, instrumental & final

A comunicação em sua operacionalidade é meio de enriquecer a natureza humana com significados, possibilitando que estes sejam revisados, corrigidos ou modificados em diferentes contextos sociais e culturais onde os processos são vivenciados. Significados que são transformados, na continuidade da experiência, incessantemente pela imaginação e pela linguagem na ação comunicativa. Junto com esse caráter instrumental, que constitui-se meio de múltiplas atividades, a comunicação também é, no pensamento de Dewey, conclusiva, final.

A comunicação é singularmente instrumental e conclusiva (final). Ela é instrumental porque nos libera das pressões opressoras dos eventos, e nos permite viver em um mundo de coisas que possuem um significado. Ela é conclusiva como um compartilhamento dos objetos e artes

preciosas para uma comunidade, um compartilhamento por meio do quais os significados são acentuados, aprofundados e solidificados no sentido da comunhão. (Dewey, 1929, p. 204)

A comunicação opera na sua instrumentalidade com o fim de conduzir a experiência dos homens ao compartilhamento ou troca dos significados – o que não significa, necessariamente, uma comunhão de significados na sua conclusão. Dewey cita no “sentido de” como um fim em vista, mas não necessariamente que esse fim seja único, uma vez que os fins podem ser também em oposição e conflito e não só gerar consensos e compartilhamentos. Tantos os meios quanto os fins estão subordinados às diferentes instâncias da comunicação e às suas respectivas diferenças de qualidade da experiência, ao que chamamos de níveis da *comunicabilidade*.

Dewey aponta a importância social de que meios e fins da comunicação e seus objetos alcancem um sentido ético na partilha dos significados, de um bem comum. Objetos dignos de admiração como meios porque eles são os únicos meios que demonstram mudanças e padrões variáveis. E são dignos enquanto fins, diz o filósofo, porque em tais fins o indivíduo é retirado do seu isolamento e compartilha significados. Mas ele mostra também as consequências negativas de uma comunicação onde meios e fins ideais não são alcançados na experiência.

Aqui, como em muitas outras coisas, o grande mal está em separar funções instrumentais e finais. A inteligência é parcial e especializada, porque a comunicação e a participação são limitadas, sectárias, provinciais, confinadas a classe, festa, grupo profissional. Do mesmo jeito, nosso gozo de fins é luxuoso e corrupto para alguns; brutal, trivial, áspero para os outros; exclusão da vida de comunicação livre e completa, excluindo a partir da total posse de significados das coisas. Quando os meios e as fins de comunicação vivem juntos na experiência, existe uma inteligência que é o método e a recompensa da vida comum, e uma sociedade digna de admiração e lealdade. (Dewey, 1929, p. 205).

Na sua argumentação sobre a importância do entendimento do caráter simultâneo, instrumental e final, da comunicação, Dewey avança na apreensão da instância da interlocução do eixo relacional. Quando os acontecimentos têm significado comunicável, diz o filósofo, eles têm marcas, anotações e são capazes de conotação e denotação. Eles são mais que meras ocorrências: eles têm implicações para os interlocutores. Conforme o autor explica, se considerarmos a forma ou o esquema da situação em que o significado e o entendimento ocorrem, encontramos e envolvidos em presença simultânea e referência cruzada de imediatismo e eficiência, abertos e potenciais, o consumatório e o instrumental.

Em desdobramento, Dewey afirma que o próprio discurso é tanto instrumental como consumatório, situando-o, enquanto materialidade simbólica, nas instâncias da interlocução entre os sujeitos e do contexto, bases do paradigma relacional da comunicação. A comunicação é uma troca que busca algo desejado em uma situação.

Envolve uma reivindicação, apelação, ordem, direção ou pedido, que realiza a necessidade a um custo menor do que o trabalho pessoal exige, uma vez que obtém a assistência cooperativa de outros. (Dewey, 1929, p. 203).

O filósofo relaciona a noção de comunicação enquanto “ponte e coração” da linguagem também considerando o caráter instrumental e final dessa última. Segundo ele, a linguagem é sempre

uma forma de ação e, em seu uso instrumental, é sempre um meio de ação articulada para um fim, ao mesmo tempo em que encontra em si todos os bens de suas possíveis consequências. Segundo Dewey, não existe um modo de ação tão satisfatório e tão gratificante como o consenso de ação. Isso traz a sensação de compartilhamento e fusão em um todo. As formas de linguagem são incomparáveis na capacidade de criar esse sentido, em primeiro lugar com participação direta por parte de um público; e eles, à medida que as formas literárias se desenvolvem, através da identificação imaginativa.

Ainda com ênfase na ação, Dewey mostra que um significado é um método de ação, uma maneira de usar as coisas como meio para a consumação compartilhada. O método é geral, embora as coisas às quais é aplicado são particulares. O significado, por exemplo, da portabilidade é algo em que duas pessoas e um objeto compartilham. Mas a portabilidade depois de uma vez apreendida torna-se uma maneira de tratar outras coisas, está amplamente ampliado.

A comunicação é consumatória e instrumental. É um meio de estabelecer cooperação, mas também, como deixa claro Dewey, um meio de dominação e ordem. Desse entendimento é que, em desdobramento, não podemos avaliar como negativo em si o caráter transmissivo da comunicação, um *a priori* fundacional criticado pelo pragmatismo, se apartado dos fins. Na continuidade da experiência, nos contextos sociocultural e histórico da ação comunicativa, é que podemos avaliar. E aqui é no sentido da crítica dos valores, como os indivíduos relacionam meios e fins para compartilhar ou para isolar os significados.

Segundo o filósofo pragmatista, a comunicação é incomparavelmente instrumental e incomparavelmente final.

É instrumental ao nos liberar da pressão de outro modo irresistível dos eventos e ao habilitar-nos para o viver num mundo de coisas que têm significado. É ao final como um compartilhar pelo qual os significados são ampliados, aprofundados e consolidados no sentido da participação. (Dewey, 1929, p. 204 e p. 205).

Ele usa a mesma palavra, “uniquely”, algo único, exclusivo, para expressar a ambivalência de valor, igual e simultâneo, de duas coisas diferentes de um mesmo fenômeno: “*Communication is uniquely instrumental and uniquely final*” (Dewey, 1929, p. 204). Há, na definição, uma concepção implícita de lógica que admite a tensão contraditória. Acreditamos, ainda, que é a forma criativa encontrada por Dewey para chamar a atenção do caráter simultaneamente duplo da comunicação e, em desdobramento, atribuir o mesmo valor, o mesmo peso de avaliação, de ambas noções para o nosso entendimento sobre a importância da comunicação, meio e fim, na experiência.

### **Instâncias da comunicabilidade**

A comunicabilidade faz parte da configuração de modalidades de sociabilidade no processo de comunicação midiaticizado da sociedade contemporânea. Os esforços envidados, para tal fim, dependem também, a cada instante, do funcionamento dos dispositivos midiáticos disponíveis na transação entre os interlocutores postos em ação, tanto em nível subjetivo quanto em níveis intersubjetivo e social.

Na nossa análise, sustentada na globalidade do processo comunicativo, buscamos a apreensão dos valores que são acionados através da comunicabilidade e da própria comunicabilidade enquanto valor ético – o esforço pela comunicação compartilhada numa democracia comunicada, seguindo a noção aproximada ao pensamento de Dewey.

Conforme Schutz (2012), o caráter incompleto da possibilidade da comunicação deixa um resíduo de “incomunicabilidade”, acentuando um domínio do “estranhamento” e da impossibilidade de entendimento. Tal argumentação reforça a noção dos graus de qualidade da comunicabilidade que trabalhamos enquanto gradação para o exame da globalidade do processo comunicativo em acordo com cada contexto. Nessa instância, a incomunicabilidade pode ser vista como um “grau zero” da intenção dos interlocutores em seus esforços de entendimento comum. A intencionalidade de um interlocutor pode a de não ser deliberadamente entendido; de interditar a comunicação; de não ouvir o outro; de articular uma ação “comunicável” para uns e “incomunicável” para outros. A intenção é um fundamento da comunicabilidade.

No âmbito do paradigma relacional da comunicação, avançamos no desdobramento da nossa definição da natureza pragmática da comunicabilidade. A comunicabilidade contempla graus na qualidade da comunicação. Portanto, para além de uma idealização, uma perspectiva de construção conjunta de um “comum” no espaço público, essas dimensões da sua qualidade podem dar conta de revelar os objetivos das distintas formas de comunicação que se estabelecem entre os humanos, conforme Vera França, “das diferenças, dos embates que fazem parte da vida social e desempenham um papel dinamizador e fundamental”. É através deles que se cria o movimento de mudança.

A comunicabilidade não é dada *a priori*, ela é elaborada no próprio processo de interação (transação) com o outro e o mundo. É essa relação entre os “esforços” de entendimento e o processo de interação entre os sujeitos que confere uma natureza pragmática à comunicabilidade, vista numa dada situação e em seus contextos. Esses “esforços” representam, na ação, as intenções dos interlocutores.

No campo da política podemos ver os “esforços” como “estratégias” assumidas, nem sempre com a intenção de compartilhar experiências até que se tornem uma propriedade comum, mas muitas vezes, ao contrário, de interdição da própria comunicação. Em disfunções e patologias tais como: exclusões de públicos; silêncios; criação de versões concorrentes dos fatos; diálogos aparentes e o fazer calar pela força. Definimos aqui interdição como os meios relacionados aos fins que bloqueiam o processo de compartilhar experiências, evitando que essas se tornem um bem comum, em seu valor civilizatório.

Segundo João Carlos Correia (2002), a política enquanto reconhecimento das possibilidades de novos mundos – de superação de reificação – implica a tradução entre «jogos de linguagem». Pelo conceito de comunicabilidade buscamos a interpretação desses jogos, vendo a comunicação como “ponte” e “coração” da linguagem, nas metáforas *deweyanas*. Definimos a experiência da análise a partir dos momentos de interação – na performance das personalidades políticas junto ao público no contexto midiático.

## Performance das personalidades políticas

Começamos, nesse percurso, situando a noção de Goffman de performance enquanto ação realizada a qual os indivíduos treinam e ensaiam:

Uma performance pode ser definida como toda e qualquer atividade de um determinado participante em uma certa ocasião, e que serve para influenciar de qualquer maneira qualquer dos participantes. Tomando um participante em especial e sua atuação como ponto básico de referência, podemos nos referir àqueles que contribuem para as outras performances como o público, os observadores, os outros participantes. O padrão pré-estabelecido da ação desenvolvida durante uma performance e que pode ser apresentada ou encenada em outras ocasiões pode ser chamada de “parte” ou de “rotina”. Estes termos situacionais podem facilmente ser relacionados com os casos de estrutura convencional. Quando uma pessoa ou um ator executa o mesmo papel para o mesmo público em ocasiões diferentes, quase surge uma relação social. Definir papel social como encenação de direitos e deveres de um certo status, podemos dizer que um papel social envolverá um ou mais dos papéis, e cada um destes papéis diferentes pode ser executado pelo performer em uma série de ocasiões, para os mesmos tipos de público ou para um público das mesmas pessoas (Goffman, 1959, p. 15 e 16).

A performance da personalidade pública, na sua gestão da fama com o propósito de obter o reconhecimento popular – ser bem-visto e bem-sucedido –, busca pela resposta de louvor do público diante do seu desempenho, da necessidade de ser amado, querido, desejado. A aferição constante do alcance e da resposta da audiência é um indicador que demarca o processo interacional e uma medida da sua aceitação e aprovação pelo público. Pontos que define e ajusta as estratégias comunicativas a serem postas em ação pelo ator político.

Enquanto personalidade política, a performance no cenário da visibilidade midiática busca a aprovação do público, o acúmulo do seu capital político (fama com credibilidade), obtenção de apoio, sucesso ao levar a opinião pública a mudar de opinião ou a ratificar opiniões sobre assuntos de política. Em ambas as performances, contudo, está em jogo a capacidade da gestão do seu desempenho de ator político no contexto midiático.

A performance bem-sucedida da personalidade pública implica, conforme aponta Goffman (1959), no uso de “técnicas verdadeiras” que mantêm as suas situações sociais reais. O seu esforço na gestão do desempenho é de, expressivamente, manter uma definição da situação.

Incorporamos, também, no desdobramento desse percurso, para situar a noção de performance, uma característica do desempenho do indivíduo: a manutenção da sua fachada social – estratégias na gestão da imagem que assumem maior vulnerabilidade, tensões e riscos para a personalidade pública que atua no amplo e instável cenário da visibilidade midiática.

Goffman usa o termo fachada para se referir a toda atividade de um indivíduo que se passa num período caracterizado por sua presença contínua diante de um grupo de observadores e que tem sobre estes algum grau de influência.

Nessa caracterização, a fachada é composta, conforme o autor, de três partes: cenário e, mais ligado à fachada pessoal, a aparência e a maneira. O cenário é o pano de fundo do quadro da experiência social, refere-se às partes cênicas de equipamento expressivo. Na parte da fachada

pessoal (itens de expressividade ligados diretamente ao ator), podemos incluir o figurino, sexo, idade, aparência, atitudes, padrões de linguagem, expressões faciais, gestos corporais, entre outros. Alguns são mais fixos, não variando de uma situação para outra do indivíduo, outros podem variar, como a expressão facial e os gestos, numa representação, de um momento a outro.

Goffman diz ser conveniente dividir os estímulos que formam a fachada pessoal em “aparência” e “maneira”, em função das informações que esses estímulos transmitem:

Pode-se chamar de “aparência” aqueles estímulos que funcionam no momento de revelar o status social do ator. Tais estímulos nos informam também sobre o estado ritual temporário do indivíduo, isto é, se ele está empenhado numa atividade social formal, trabalho ou recreação informal, se está realizando, ou não, uma nova fase de ciclo das estações ou no seu ciclo de vida. Chamaremos de “maneira” os estímulos que funcionam no momento para nos informar sobre o papel de interação que espera desempenhar na situação que se aproxima (Goffman, 1959, p. 31).

As dificuldades são diversas para o indivíduo na gestão da fachada em nosso cotidiano social. Essas dificuldades, em nosso entendimento, se impõem mais intensamente para as personalidades públicas que atuam nos processos mediados de ampla visibilidade, tendo um grupo efetivamente maior de observadores, o público em interação na mídia.

A análise a partir da performance permite situar os valores postos nos jogos de linguagem citados por Correia, aqui na mídia enquanto espaço dos embates sociais e articulados pelos discursos. Jogos que oscilam desde acordos entre os valores acionados pelo político às contradições e às afetações que sofrem tanto pelo público quanto pela mídia especializada.

São performances com características específicas e ambas com a tensão e a afetação da instabilidade dada pela própria dinâmica do processo comunicativo, pelas mudanças de posição na situação, sujeitas às transformações da experiência social e das respostas do público diante dos esforços de comunicabilidade dessa personalidade que atua no espaço midiático.

A expressividade é dada pela performance do indivíduo, a não intencional como a intencional. Goffman (1959) define a idéia de performance como toda a atividade de um indivíduo, que ocorre durante um período marcado por sua presença contínua perante um conjunto particular de observadores e que tem alguma influência sobre esses observadores.

É no campo da ação da personalidade pública, no desempenho do seu papel, que incorporamos, nessa fundamentação teórica de aproximação com o objeto, o conceito de performance, também enquanto a primeira idéia de si, aquilo que o indivíduo dá a conhecer na relação com o outro, nessa constante demanda de exposição midiática. A performance tem uma dimensão estratégica na conformação dessas figuras públicas.

A personalidade pública é constantemente pressionada pela necessidade de autossuperação, em um cenário de intensa instabilidade. A performance está associada ao fazer e ao refazer das formas e dos conteúdos dos discursos, na incorporação da tensão aos ajustes inevitáveis, produzindo uma autoconsciência, onde a comunicação é uma condição sobre esse fazer e refazer por parte dos “performers” e dos espectadores. A performance, portanto, é compreendida como uma prática contraditória, fluida e mutante.

A performance midiática, o se fazer bem-visto, e a performance social, ser bem-sucedido, são dinâmicas distintas, que se justapõem no processo comunicativo midiaticizado. A primeira configura, instaura uma forma na medida em que é construída no processo. A segunda instaura um modelo de comportamento reconhecido e codificado culturalmente. O capital político a acumular resulta da combinação dessas dinâmicas, entre o se fazer bem-visto e o ser bem-sucedido.

A performance adquire um caráter processual, linguagem se fazendo no próprio processo das dinâmicas do ser visto e ser bem-sucedido, que se justapõem na ação. A noção de performance social como autocriação enfatiza a questão dos observadores. Uma pessoa se desdobra em tantos “eus sociais” quantos tantos grupos distintos de pessoas com cuja opinião ele se preocupa.

É exatamente esse ponto que afeta, enquanto ruptura e disfunção, a idéia da democracia comunicada: quando a comunicação cujo fim é apenas dialogar com o público cuja opinião importa, desprezando outros grupos, outros públicos. Nesse caso, os “*esforços*” de comunicabilidade não interessam serem despendidos na interação com outros públicos. Tal desprezo emerge nas estratégias comunicativas, voltadas só para uns em detrimento de outros, das personalidades políticas.

O sucesso da performance implica o julgamento dos observadores. A performance é posta em ação sempre para um alguém, envolvendo uma consciência de duplicidade dada pela conduta reflexiva:

[...] toda performance envolve uma consciência de duplicidade, por meio da qual a execução real do ato é colocada em comparação mental com um modelo – potencial, ideal ou lembrado – dessa ação. Normalmente essa comparação é feita por um observador da ação – o público do teatro, o professor da escola, o cientista – mas a dupla consciência, não a observação externa, é o que importa. Um atleta, por exemplo, pode estar consciente de sua performance para alguém, um público que a reconhece e valida como performance mesmo quando, como em alguns casos, a audiência é o self (Carlson, 2009, p. 16).

A visibilidade midiática abre para cada indivíduo a possibilidade de construir uma identidade pública em autopromoção, no imperativo de expor-se nas mídias. O ser visto e realizar-se pela ação individual, heróica, são, portanto, duas características da performance, que respondem pelo ideal de personalidade pública bem sucedida.

Como operador analítico, a performance possibilita a interpretação de aspectos sociais, políticos, culturais que emergem no desempenho e de como essa materialidade simbólica é criada, valorizada ou mudada em suas ações. Como destaca, ainda, Marvin Carlson:

O significado real agora é procurado na práxis, em sua performance. O fato de que a performance é associada não apenas com o fazer mas com o refazer é importante – sua incorporação da tensão entre uma forma dada ou o conteúdo do passado e os ajustes inevitáveis de um presente em mudança faz dela uma operação de particular interesse num tempo de grande atenção pelas negociações culturais – como os modelos humanos de atividade são reforçados ou transformados dentro de uma cultura e como ele são ajustados quando várias culturas diferentes interagem. Finalmente, a performance implica não apenas fazer ou mesmo refazer, mas uma autoconsciência sobre o fazer e o refazer, por parte dos performers e dos espectadores (Carlson, 2009, p. 220,221).

A análise da performance das personalidades políticas na interação com o público abre para a apreensão das dinâmicas da constituição dos sentidos e das controvérsias desempenhadas e no apreensão de como as afetações são ajustadas ou tensionadas.

Na construção dos quadros de sentidos construídos pela performance das figuras públicas no contexto da visibilidade midiática, os enquadramentos da mídia especializada, o jornalismo especificamente, são importantes padrões de interpretação e de seleção. São enquadramentos que representam, em alguns momentos, *situações problemáticas*. São momentos de confronto, de conflito entre as personalidades e o jornalismo. A diferença no caso é o modo como as personalidades acionam novas estratégias comunicativas: ao invés de uma conformidade passiva, hoje elas buscam uma postura mais agressiva, de enquadrar aqueles que enquadram. Uma das dificuldades do jornalismo atualmente é de como enfrentar essas novas estratégias das personalidades públicas. O problema é levantado por Correia: quando as práticas jornalísticas, sedimentadas pelas rotinas do dia a dia, são elas mesmas os entraves para uma comunicabilidade que implique na efetiva tradução entre os jogos de linguagem para uma democracia comunicada, para que a política faça e tenha algum sentido. “Como podem os media comprometerem-se com esta possibilidade quando estão sujeitos a uma codificação rígida das suas maneiras de dizer” (Correia, 2002, p. 53), questiona o autor.

É o que constatamos na análise das estratégias comunicativas de pelo menos uma das personalidades políticas que apresentamos aqui.

### **Trump: medialidade e finalidade**

Partimos em nossa análise de duas perguntas condutoras que conectam a idéia de comunicação, tão instrumental quanto final. Esforços para falar com quem? E esforços para falar para quê?

Os presidentes dos Estados Unidos, desde a Segunda Guerra Mundial, sempre foram figuras políticas de relevância e de visibilidade, nos respectivos contextos mediáticos onde atuavam, por conta do poder bélico e econômico do país. Hoje, nos tempos da sociedade midiaticizada, de intensa visibilidade, a medialidade em si mesma passou a ser uma estratégia comunicativa. Estar na mídia, estar no centro das atenções, é estar no centro de poder, apesar das instabilidades e dos embates desse espaço público.

O atual presidente americano, Donald Trump opera a sua medialidade como estratégia de estar presente em fluxo contínuo e nas formas de falar das redes sociais, operando com sua lógica política: falar prioritariamente aos seus eleitores, à sua “base de adoradores”. Essa fala, quase sempre, se posiciona como um confronto, uma oposição: falo para os adoradores falando em oposição aos adversários, aos críticos. O gesto expressa o desprezo às críticas em si, classificadas de “fake news”. Nominar para não explicar, reduzindo o debate a um ser ou não ser. Ao falar para os “seus” e desprezar os “outros”, Trump faz emergir os valores negativos que provocam rupturas na democracia: racismo, xenofobia e sexismo.

Devemos acrescentar que, para além da medialidade em si mesma, enquanto estratégia comunicativa, a força da visibilidade de Trump é, como enfatizamos, da ordem do poder. O enquadramento da mídia especializada situa essa figura do centro do poder, no do centro da visibilidade. Na prática jornalística rotineira sedimentada, a que ser referiu João Carlos Correia, a cobertura

noticiosa coloca o presidente no lugar de ator principal, fazendo reverberar suas declarações, mas sem dar conta de mostrar a própria estratégia do presidente, sem refletir e expor as disfunções que essa personalidade provoca na democracia pelas operações que ele faz de transformar a opinião em fato. Ao fim e ao cabo, também é importante ressaltar que uma representação política *majoritária* não pode escolher grupos para falar, desprezando outros. A comunicação que não reconhece os outros, todos os outros possíveis, é a própria interdição da democracia.

### **Freixo: medialidade e finalidade**

Enfatizamos que a escolha dessa outra personalidade política, Marcelo Freixo, se contrapõe em dois níveis de análise ao presidente Trump. Primeiro trata-se de uma figura de menos visibilidade e poder do que o presidente dos Estados Unidos e, segundo, por nos fornecer uma possibilidade de análise das instâncias de comunicabilidade de um ator político de outro matiz ideológico.

Marcelo Freixo, deputado estadual do Rio de Janeiro pelo PSOL, no seu quarto mandato neste cargo de eleição *proporcional*, foi candidato a prefeito da Capital daquele estado na eleição municipal de 2016. Perdeu a eleição em segundo turno para Marcelo Crivella, do PRB, bispo ligado à Igreja Universal e exercia o mandato de senador pelo Rio de Janeiro. Crivella teve 59,36% dos votos válidos contra 40,64% de Freixo, que teve menos votos do que o total de abstenções naquela eleição carioca. Nosso recorte analítico, portanto, se concentra nas reverberações desse acontecimento específico, a eleição de prefeito.

A campanha do candidato do PSOL mobilizou uma ampla e criativa rede digital de apoiadores, mas não foi suficiente para garantir a vitória. Ao final da eleição, Freixo deu uma entrevista onde fez uma autocrítica à estratégia comunicativa da sua campanha, reconhecendo que fez um discurso que não dialogou com os grupos sociais não alinhados diretamente às idéias da esquerda, resultando em uma comunicação apenas para a militância e para eleitores já convertidos.

A autocrítica em si feita por Marcelo Freixo é um fato relevante, se visto a partir do olhar de alguns setores da esquerda que rechaçam esse gesto sempre de modo negativo, rotulando-o de revisionismo - uma cedência às exigências de uma realidade, posição que, do ponto de vista histórico, tanto criticavam em relação aos capitalistas.

Freixo destacou que a “linguagem” da sua campanha não foi “ruim” – a instância da medialidade. Mas se a linguagem não foi ruim, reconheceu que a intencionalidade fracassou – faltou falar de modo *majoritário*, os esforços para alcançar os outros, todos os outros. Faltou olhar pelo lado de fora, pelo olhar de quem foi excluído, no caso da eleição um número expressivo de pessoas. A campanha desprezou segmentos que poderiam votar na esquerda, mas não se sentiram comunicados ao terem sido desqualificados de antemão como interlocutores possíveis do candidato e do projeto de governo. Uma forma de autoritarismo, uma ruptura na democracia comunicada.

### **Considerações finais**

Tornar comum é dar a ver os modos de entrincheiramento dos significados e valores para uma ação de criatividade e crítica inteligente. Os esforços para falar com quem são os esforços de reco-

nhecimento do outro, esforços que compreendem falar e ouvir, seja pelo diálogo ou pelo conflito sem violência, diferentes formas da democracia operar o devido reconhecimento das diferenças.

A qualidade da experiência na democracia é equilibrar o sofrer e reagir, somando à indignação a voz e público que se articulam na ação, para além do teclado.

A democracia comunicada reconhece a presença do outro. A comunicação se debilita quando os esforços se diluem e não formam a associação como meio e fim da manutenção da democracia.

A análise personalidades políticas proposta aqui nos indica um caminho para observação as disfunções e rupturas que ameaçam a manutenção da democracia. Um desafio constante quando, como nos convoca Hannah Arendt (1995), nos perguntamos não qual o sentido da política, mas se a política tem algum sentido. Um sentimento de desapontamento que não pode nos paralisar, mas, ao contrário, nos oferecer possibilidades de novas reflexões e ações de superação e transformação, tratando das relações entre os meios e fins, entre fatos e opiniões.

Os fatos são a matéria das opiniões, e as opiniões, inspiradas por diferentes interesses e diferentes paixões, podem diferir largamente e permanecer legítimas enquanto respeitarem a verdade de fato. A liberdade de opinião é uma farsa se a informação sobre os fatos não estiver garantida e se não forem os próprios fatos o objeto do debate. Por outras palavras, a verdade de fato fornece informações ao pensamento político tal como a verdade racional fornece as suas à especulação filosófica. (Arendt, 1995, p. 24)

## Referências

- Agamben, G. (2015). *Meios sem fim – Notas sobre política*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Arendt, H. (1995). *Verdade e política*. Lisboa: Relógio D'Água Editores.
- Braga, J. L. (2006). *A sociedade enfrenta sua mídia*. São Paulo: Paulus.
- Braga, J. L. (2006). Sobre “mediatização” como processo de referência. *XV Compós*. Bauru/SP.
- Carlson, M. (2009). *Performance: uma introdução crítica*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Correia, J. C. (2005). *A teoria da comunicação de Alfred Schutz*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Correia, J. C. (org) (2002). *Comunicação e poder*. Covilhã/Portugal: Universidade da Beira Interior.
- Dewey, J. (1950). *Logica. Teoría de la investigación*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Dewey, J. (1929). *Experience and nature*. London: George Allen And Unwin.
- Franco, A. de & Pogrebinski, T. (orgs.) (2008). *Democracia cooperativa – escritos políticos escolhidos de John Dewey*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Goffman, E. (1959). *The presentation of self in everyday life*. New York: Doubleday Anchor Books.
- Goffman, E. (1974). *Frame analysis: an essay on the organization of experience*. Londres: Harper and Row.
- Joas, H. (2002). *Creatividad, acción y valores*. México: Universidad Autónoma Metropolitana; Unidad Iztapalapa.

- Mead, G. H. (2008). *La filosofía del presente*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas.
- Oliveira, P. P. (2014). Contribuições do pragmatismo e da fenomenologia social para um roteiro de análise da globalidade do processo comunicativo midiaticizado. In B. D. Moreira (org.), *Interfaces sociais e textualidades midiáticas*. Cuiabá, MT: EdUFMT.
- Oliveira, P. P. (2017). From Schutz to Dewey: communication and everyday life. *Revista Estudos em Comunicação*, 1(25), 163-175. Doi: 10.20287/ec.n25.v1.a10.
- Pogrebinschi, T. (2005). *Pragmatismo – Teoria social e política*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Quéré, L. (2003). Le public forme et comme modalité d’expérience. In D. Cefai & D. Pasquier (orgs.), *Les sens du public. Publics politiques, publics médiatiques* (pp. 113-133). Paris: Presses universitaires de France.
- Schechner, R. (2006). What is performance?. In *Performance studies: an introduction*, second edition (pp. 28-51). New York & Londres: Routledge.
- Schutz, A. (2012). *Sobre fenomenologia e relações sociais*. Petrópolis (RJ): Vozes.
- Simmel, G. (2008). *De la esencia de la cultura*. Buenos Aires: Prometeo Libros.
- Strauss, A. L. (1999). *Espelhos e máscaras: a busca da identidade*. São Paulo: Edusp.